

Mapeamento do Coronelismo Eletrônico: um estado da arte do conceito no quadriênio 2017-2020

Cartografía del Coronelismo Electrónico: Un estado del arte del concepto en el cuatrienio 2017-2020

Mapping of the Electronic Coronelism: A state of art of the concept in the 2017-2020 quadrennium

Débora Silva Costa

Doutoranda ingressante em 2020 pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC), na Linha de pesquisa Mídia e práticas socioculturais. Professora substituta de 2016 a 2018 no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA), setor de estudos Radiojornalismo. Mestre em Comunicação em 2016 pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na Linha de pesquisa Mídia, Linguagens e Processos Sociopolíticos, com bolsa do CNPq. Graduada em 2013 no Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Contato: debora-s.costa@hotmail.com

Alexandre Almeida Barbalho

Possui licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), bacharelado em Ciências Sociais e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Estágio pós-doutoral em Comunicação na Universidade Nova de Lisboa. É professor adjunto do curso de História e professor permanente dos PPGs em Sociologia e em Políticas Públicas da UECE e em Comunicação da UFC. Contato: alexandre Almeida Barbalho@gmail.com

Submetido: 26.06.2021 | Aceito: 04.03.2022



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual



Resumo

O presente estado da arte traça um panorama do conceito de Coronelismo Eletrônico, tendo por base um recorte tanto na dimensão temporal (2017 a 2020) como espacial (anais de eventos acadêmicos, periódicos científicos e acervos de teses, dissertações e TCCs). Ao todo foram selecionadas 28 produções, analisadas a partir das seguintes categorias: ano da publicação, área do conhecimento, região do Brasil estudada, mídia analisada, métodos e técnicas empregados, uso do conceito, palavras-chave, conceitos e teorias relacionados e, autores e autoras mais recorrentes. O objetivo é contribuir com investigações sobre o tema, apontando lacunas a serem preenchidas nas pesquisas da área.

Palavras-chave: coronelismo eletrônico; estado da arte; mapeamento.

Resumen

El estado del arte presente proporciona un panorama del concepto de coronelismo electrónico, basado tanto en la dimensión temporal (2017-2020) como en la espacial (anales de eventos académicos, revistas científicas y colecciones de tesis, disertaciones y Trabajos de Finalización de Curso). En total, se seleccionaron 28 producciones, analizadas de las siguientes categorías: año de publicación, área de conocimiento, región de Brasil estudiada, medios analizados, métodos y técnicas utilizados, uso del concepto, palabras clave, conceptos y teorías relacionados y autores más recurrentes. El objetivo es contribuir a investigaciones sobre el tema, señalando vacíos a ser llenados en la investigación en el área.

Palabras llave: coronelismo electrónico; estado del arte; cartografía.

Abstract

The present state of art provides an panorama of the concept of Electronic Coronelism, based on both the temporal (2017-2020) and spatial dimensions (proceedings of academic events, scientific journals and theses, dissertations and term papers collections). Altogether 28 productions were selected, which were analyzed from the following categories: year of publication, area of knowledge, region of Brazil studied, media analyzed, methods and techniques used, application of the concept, keywords, related concepts and theories, and most recurrent authors. The objective is to contribute to investigations on the subject, pointing out gaps to be filled in research in the area.

Keywords: electronic coronelism; state of art; mapping.

1 No Brasil, a radiodifusão é de natureza pública e pertence à União, que pode administrar diretamente ou transferir a terceiros, por meio de concessões, a exploração dos sinais de rádio e televisão.

2 A pesquisa em andamento no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará intitula-se Entre o rádio e a urna: a radiodifusão do Cariri-CE como palanque para o coronelismo eletrônico.

Introdução

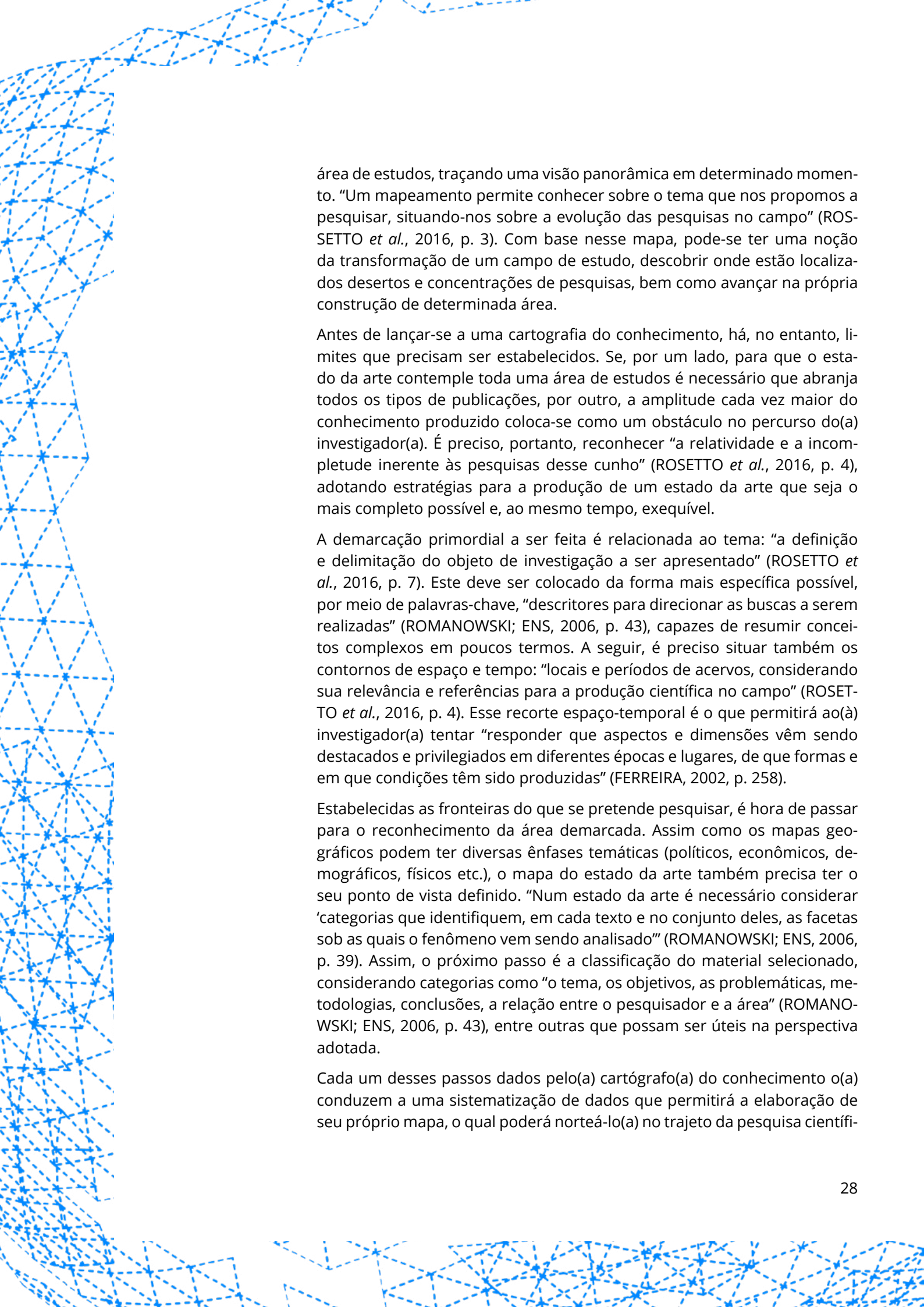
Pesquisas desenvolvidas sobre a propriedade de veículos de comunicação no Brasil apontam que “as relações entre mídia e políticos são bastante estreitas e representam uma das características centrais das comunicações brasileiras” (MEDIA OWNERSHIP MONITOR, 2017, n.p.), sobretudo após a intensa distribuição de concessões¹ no período de transição entre ditadura militar e democracia. É o que alguns autores e autoras convencionaram chamar de Coronelismo Eletrônico, referindo-se a este “cenário recente brasileiro no qual deputados e senadores se tornaram proprietários de empresas concessionárias de rádio e televisão e, simultaneamente, participam das comissões legislativas que outorgam os serviços e regulam os meios de comunicação” (SANTOS, 2006, p. 3).

Foi esta situação que motivou a realização de pesquisa de doutorado na área, tentando compreender como este Coronelismo Eletrônico se apresenta no caso específico das emissoras de rádio da região do Cariri, no interior do Ceará². Com o intuito de dar o primeiro passo nesse campo e nortear as escolhas que serão tomadas ao longo da trajetória, optou-se por traçar um panorama das pesquisas que têm sido desenvolvidas na área, utilizando para isso a metodologia do estado da arte. Atentando às indicações de Bourdieu (1989, p. 36) de se fazer a “história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento, quer dizer, do trabalho social de construção de instrumentos de construção da realidade social”, o presente mapeamento dedica-se a verificar como o campo acadêmico tem abordado o conceito de Coronelismo Eletrônico. A análise se concentra no quadriênio 2017-2020 e nas pesquisas nos formatos: artigo, monografia, dissertação e tese.

Para a elaboração deste estado da arte foram dados os seguintes passos: 1) apresentação da metodologia e as etapas a serem percorridas para sua construção; 2) breve discussão sobre o conceito de Coronelismo Eletrônico; 3) descrição do percurso para realização do mapeamento; 4) exposição e abordagem dos resultados obtidos a partir das seguintes categorias: ano da publicação, área do conhecimento, região do país estudada, mídia analisada, métodos e técnicas empregados, tipo de uso do conceito, palavras-chave mais utilizadas, conceitos e teorias relacionados, e autores e autoras mais recorrentes; 5) análise final, com informações importantes obtidas e sua utilidade como subsídio para a construção da referida tese.

O mapeamento através do estado da arte

“Um estado da arte é um mapa que nos permite continuar caminhando” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 40). Esta é uma analogia bastante produtiva para entender qual a proposta desse tipo de produção. A partir de fronteiras previamente definidas, o estado da arte propõe percorrer toda uma



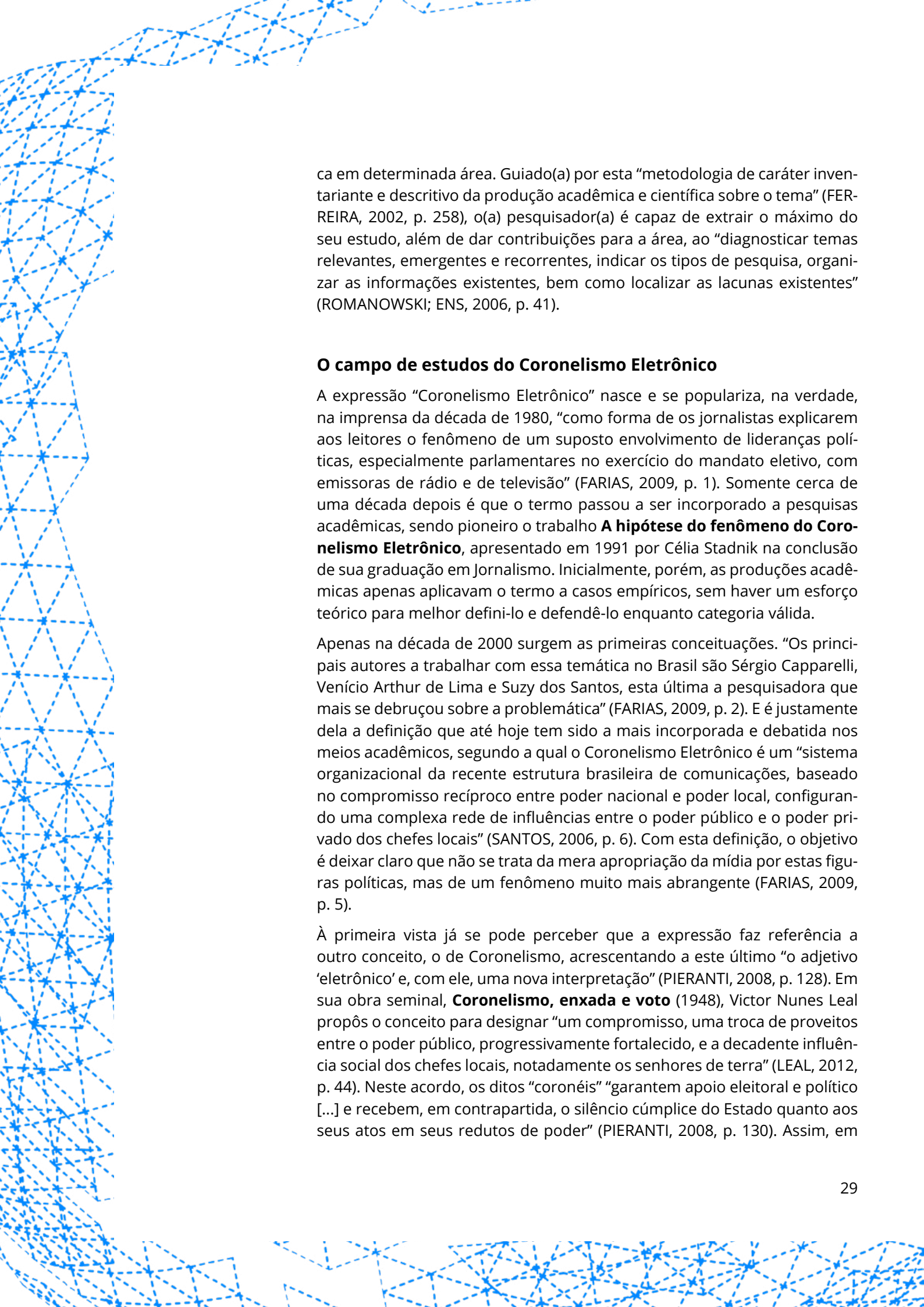
área de estudos, traçando uma visão panorâmica em determinado momento. “Um mapeamento permite conhecer sobre o tema que nos propomos a pesquisar, situando-nos sobre a evolução das pesquisas no campo” (ROSETTO *et al.*, 2016, p. 3). Com base nesse mapa, pode-se ter uma noção da transformação de um campo de estudo, descobrir onde estão localizados desertos e concentrações de pesquisas, bem como avançar na própria construção de determinada área.

Antes de lançar-se a uma cartografia do conhecimento, há, no entanto, limites que precisam ser estabelecidos. Se, por um lado, para que o estado da arte contemple toda uma área de estudos é necessário que abranja todos os tipos de publicações, por outro, a amplitude cada vez maior do conhecimento produzido coloca-se como um obstáculo no percurso do(a) investigador(a). É preciso, portanto, reconhecer “a relatividade e a incompletude inerente às pesquisas desse cunho” (ROSETTO *et al.*, 2016, p. 4), adotando estratégias para a produção de um estado da arte que seja o mais completo possível e, ao mesmo tempo, exequível.

A demarcação primordial a ser feita é relacionada ao tema: “a definição e delimitação do objeto de investigação a ser apresentado” (ROSETTO *et al.*, 2016, p. 7). Este deve ser colocado da forma mais específica possível, por meio de palavras-chave, “descritores para direcionar as buscas a serem realizadas” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 43), capazes de resumir conceitos complexos em poucos termos. A seguir, é preciso situar também os contornos de espaço e tempo: “locais e períodos de acervos, considerando sua relevância e referências para a produção científica no campo” (ROSETTO *et al.*, 2016, p. 4). Esse recorte espaço-temporal é o que permitirá ao(a) investigador(a) tentar “responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas” (FERREIRA, 2002, p. 258).

Estabelecidas as fronteiras do que se pretende pesquisar, é hora de passar para o reconhecimento da área demarcada. Assim como os mapas geográficos podem ter diversas ênfases temáticas (políticos, econômicos, demográficos, físicos etc.), o mapa do estado da arte também precisa ter o seu ponto de vista definido. “Num estado da arte é necessário considerar ‘categorias que identifiquem, em cada texto e no conjunto deles, as facetas sob as quais o fenômeno vem sendo analisado’” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39). Assim, o próximo passo é a classificação do material selecionado, considerando categorias como “o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões, a relação entre o pesquisador e a área” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 43), entre outras que possam ser úteis na perspectiva adotada.

Cada um desses passos dados pelo(a) cartógrafo(a) do conhecimento o(a) conduzem a uma sistematização de dados que permitirá a elaboração de seu próprio mapa, o qual poderá norteá-lo(a) no trajeto da pesquisa científica.




ca em determinada área. Guiado(a) por esta “metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema” (FERREIRA, 2002, p. 258), o(a) pesquisador(a) é capaz de extrair o máximo do seu estudo, além de dar contribuições para a área, ao “diagnosticar temas relevantes, emergentes e recorrentes, indicar os tipos de pesquisa, organizar as informações existentes, bem como localizar as lacunas existentes” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 41).

O campo de estudos do Coronelismo Eletrônico

A expressão “Coronelismo Eletrônico” nasce e se populariza, na verdade, na imprensa da década de 1980, “como forma de os jornalistas explicarem aos leitores o fenômeno de um suposto envolvimento de lideranças políticas, especialmente parlamentares no exercício do mandato eletivo, com emissoras de rádio e de televisão” (FARIAS, 2009, p. 1). Somente cerca de uma década depois é que o termo passou a ser incorporado a pesquisas acadêmicas, sendo pioneiro o trabalho **A hipótese do fenômeno do Coronelismo Eletrônico**, apresentado em 1991 por Célia Stadnik na conclusão de sua graduação em Jornalismo. Inicialmente, porém, as produções acadêmicas apenas aplicavam o termo a casos empíricos, sem haver um esforço teórico para melhor defini-lo e defendê-lo enquanto categoria válida.

Apenas na década de 2000 surgem as primeiras conceituações. “Os principais autores a trabalhar com essa temática no Brasil são Sérgio Capparelli, Venício Arthur de Lima e Suzy dos Santos, esta última a pesquisadora que mais se debruçou sobre a problemática” (FARIAS, 2009, p. 2). E é justamente dela a definição que até hoje tem sido a mais incorporada e debatida nos meios acadêmicos, segundo a qual o Coronelismo Eletrônico é um “sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais” (SANTOS, 2006, p. 6). Com esta definição, o objetivo é deixar claro que não se trata da mera apropriação da mídia por estas figuras políticas, mas de um fenômeno muito mais abrangente (FARIAS, 2009, p. 5).

À primeira vista já se pode perceber que a expressão faz referência a outro conceito, o de Coronelismo, acrescentando a este último “o adjetivo ‘eletrônico’ e, com ele, uma nova interpretação” (PIERANTI, 2008, p. 128). Em sua obra seminal, **Coronelismo, enxada e voto** (1948), Victor Nunes Leal propôs o conceito para designar “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra” (LEAL, 2012, p. 44). Neste acordo, os ditos “coronéis” “garantem apoio eleitoral e político [...] e recebem, em contrapartida, o silêncio cúmplice do Estado quanto aos seus atos em seus redutos de poder” (PIERANTI, 2008, p. 130). Assim, em



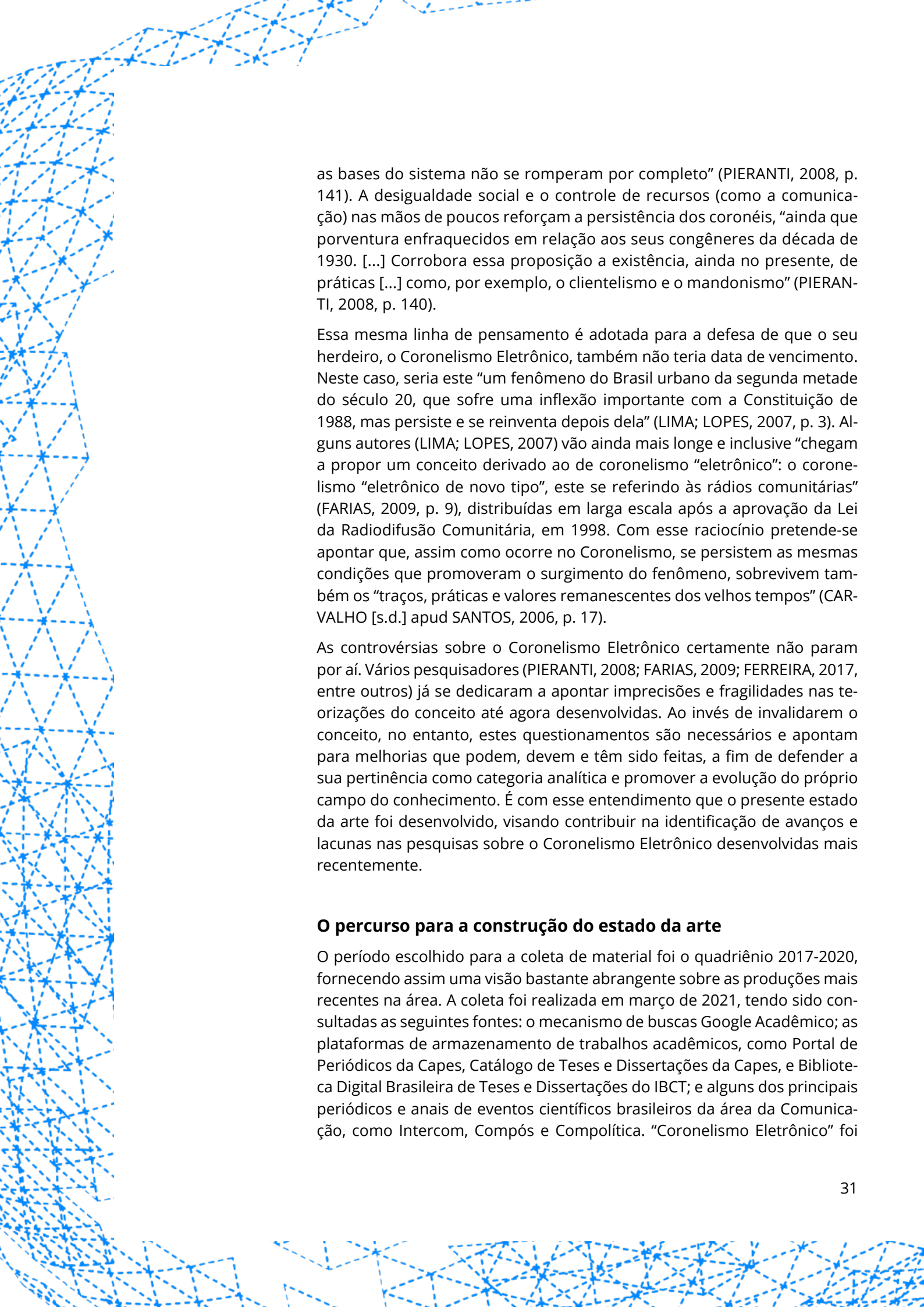
sua origem, o termo se referia especificamente ao “sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município” (CARVALHO, 1997 apud LEAL, 2012).

A referência de um conceito ao outro não é de forma alguma aleatória. Ao proporem o Coronelismo Eletrônico, vários autores e autoras defendem que o fenômeno “guarda características e mantém traços comuns com o sistema de dominação e relações políticas originalmente estudado por Nunes Leal na República Velha” (LIMA; LOPES, 2007, p. 2). Se numa sociedade rural a terra era a base do sistema coronelista, na sociedade da informação é a radiodifusão que ocupa esse lugar para o Coronelismo Eletrônico. E de forma ainda mais eficiente, porque, diferente da terra, a mídia não é apenas um meio de produção, mas também instrumento ideológico, que “serve para difundir a imagem protetora do coronel, serve para controlar as informações que chegam ao eleitorado e serve, por fim, para atacar os inimigos” (SANTOS, 2006, p. 21). A propriedade desses veículos dá ao coronel “um tipo de poder agora não mais coercitivo, mas criador de consensos políticos” (LIMA; LOPES, 2007, p. 3).

Seria então o Coronelismo Eletrônico uma continuidade do Coronelismo, a sua mais nova roupagem na sociedade atual? Esse ponto é alvo de controvérsias ainda não resolvidas entre estudiosos(as) de diversos campos. Há quem diga que não, que o Coronelismo é um fenômeno restrito ao período da Primeira República e que o seu fim é marcado por dois momentos: “um simbólico, quando da prisão dos grandes coronéis baianos pelo Governo Provisório, em 1930, e outro, de fato, no momento da implantação do Estado Novo” (SANTOS, 2006, p. 13). Segundo essa perspectiva, sem todas as condições que propiciaram sua emergência – “a concentração da população no meio rural, a fragilidade do manancial legal republicano, o analfabetismo e a unicidade forçada de objetivos das distintas esferas de poder” (PIERANTI, 2008, p. 141) – a tendência é o sistema coronelista deixar de existir.

O Coronelismo Eletrônico seria, neste caso, não uma continuidade do Coronelismo, mas um novo sistema à parte deste, e teria também sua própria delimitação temporal, estando circunscrito “a um período histórico semelhante àquele estudado por Leal, um momento de transição entre dois modelos políticos: a ditadura e a democracia” (SANTOS, 2006, p. 17). É neste momento da história do país que ocorre um verdadeiro festival de distribuição de emissoras, aproveitando que ainda era vigente a Constituição de 1967, a qual delegava exclusivamente ao Presidente da República o poder de conceder outorgas de radiodifusão.

Por outro lado, há quem sugira que existiu sim, alguma continuidade do Coronelismo, mesmo que não fosse exatamente como aquele da República Velha. “Ainda que não exista o coronelismo como um sistema, sobrevivem práticas a ele ligadas graças, em parte, à existência de condicionantes necessárias, também, ao coronelismo. Ainda que sejam mais fracas, [...]”



as bases do sistema não se romperam por completo” (PIERANTI, 2008, p. 141). A desigualdade social e o controle de recursos (como a comunicação) nas mãos de poucos reforçam a persistência dos coronéis, “ainda que porventura enfraquecidos em relação aos seus congêneres da década de 1930. [...] Corrobora essa proposição a existência, ainda no presente, de práticas [...] como, por exemplo, o clientelismo e o mandonismo” (PIERANTI, 2008, p. 140).

Essa mesma linha de pensamento é adotada para a defesa de que o seu herdeiro, o Coronelismo Eletrônico, também não teria data de vencimento. Neste caso, seria este “um fenômeno do Brasil urbano da segunda metade do século 20, que sofre uma inflexão importante com a Constituição de 1988, mas persiste e se reinventa depois dela” (LIMA; LOPES, 2007, p. 3). Alguns autores (LIMA; LOPES, 2007) vão ainda mais longe e inclusive “chegam a propor um conceito derivado ao de coronelismo “eletrônico”: o coronelismo “eletrônico de novo tipo”, este se referindo às rádios comunitárias” (FARIAS, 2009, p. 9), distribuídas em larga escala após a aprovação da Lei da Radiodifusão Comunitária, em 1998. Com esse raciocínio pretende-se apontar que, assim como ocorre no Coronelismo, se persistem as mesmas condições que promoveram o surgimento do fenômeno, sobrevivem também os “traços, práticas e valores remanescentes dos velhos tempos” (CARVALHO [s.d.] apud SANTOS, 2006, p. 17).

As controvérsias sobre o Coronelismo Eletrônico certamente não param por aí. Vários pesquisadores (PIERANTI, 2008; FARIAS, 2009; FERREIRA, 2017, entre outros) já se dedicaram a apontar imprecisões e fragilidades nas teorizações do conceito até agora desenvolvidas. Ao invés de invalidarem o conceito, no entanto, estes questionamentos são necessários e apontam para melhorias que podem, devem e têm sido feitas, a fim de defender a sua pertinência como categoria analítica e promover a evolução do próprio campo do conhecimento. É com esse entendimento que o presente estado da arte foi desenvolvido, visando contribuir na identificação de avanços e lacunas nas pesquisas sobre o Coronelismo Eletrônico desenvolvidas mais recentemente.

O percurso para a construção do estado da arte

O período escolhido para a coleta de material foi o quadriênio 2017-2020, fornecendo assim uma visão bastante abrangente sobre as produções mais recentes na área. A coleta foi realizada em março de 2021, tendo sido consultadas as seguintes fontes: o mecanismo de buscas Google Acadêmico; as plataformas de armazenamento de trabalhos acadêmicos, como Portal de Periódicos da Capes, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBCT; e alguns dos principais periódicos e anais de eventos científicos brasileiros da área da Comunicação, como Intercom, Compós e Compolítica. “Coronelismo Eletrônico” foi

3 Quantidade determinada a partir do entendimento de que trabalhos com número menor de menções ao conceito não teriam condições de desenvolver uma discussão mínima sobre ele.

4 Há muitos livros ou capítulos de livros que não obedecem à mesma estrutura de um trabalho científico. Como poucos resultados para livros apareceram na busca realizada, e um número menor ainda preenchia os critérios de filtragem já estabelecidos, optou-se então por não os incluir nesta análise.

5 Mesmo carecendo de um controle de qualidade e de transparência sobre suas diretrizes de indexação, o Google Acadêmico tem sido bastante utilizado para recuperação de informações acadêmicas, pois está em constante expansão e inclui conteúdo não disponível em bancos de dados controlados. Por conta disso, "a grande maioria dos estudos adverte os usuários a não confiarem apenas no Google Acadêmico para sua busca científica" (HALEVI; MOED; BAR-ILAN, 2017, p. 829), mas que o utilizem com cautela, sempre combinado e comparado com bancos de dados mais confiáveis. Foi o caso deste estudo de revisão sistemática de literatura sobre o conceito de Coronelismo Eletrônico, onde adotamos o Google Acadêmico após confrontar seus resultados com os obtidos em outras bases mais reconhecidas e constatar a similaridade dos conteúdos.

6 Artigos: Aguiar e Santos (2019); Almeida e Oliveira (2018); Brandi e Cascaldi (2018); Castilho (2020);

o termo usado nas buscas, colocado entre aspas justamente para evitar resultados apenas com uma das duas palavras.

No Google Acadêmico a busca foi realizada a partir de filtragem de acordo com o período escolhido, de 2017 a 2020. Ao todo foram exibidas 24 páginas com um total de 238 resultados, todos estes consultados um a um, tendo sido selecionados para compor este estado da arte apenas os que correspondessem aos seguintes critérios: 1) a expressão "Coronelismo Eletrônico" aparece no mínimo três vezes no corpo do texto³; 2) o trabalho tem relação direta com o conceito, trazendo em seu conteúdo a discussão sobre a propriedade da radiodifusão no contexto brasileiro; 3) o documento está disponível gratuitamente e na íntegra para consulta na internet; 4) o trabalho é um artigo, monografia, dissertação ou tese, não sendo considerados livros ou capítulos de livros⁴. A partir destes procedimentos de busca e filtragem, 27 trabalhos acadêmicos foram finalmente selecionados.

Como Coronelismo Eletrônico é um conceito que se refere especificamente à realidade brasileira, as buscas no Google Acadêmico foram feitas inicialmente em português. Mesmo assim, posteriormente optou-se por pesquisar também os termos equivalentes em inglês "*Electronic Coronelism*" e espanhol "*Coronelismo Electrónico*". Os mesmos filtros acima descritos foram aplicados aos resultados e, por fim, foi adicionado apenas mais um trabalho acadêmico à lista. Em todas as demais plataformas citadas a mesma busca foi feita e os mesmos critérios de filtragem aplicados. No entanto, como grande parte dos periódicos e anais científicos está indexada no Google Acadêmico⁵, e como a pesquisa neste buscador já tinha sido bastante ampla, os resultados dos sites das plataformas foram similares aos obtidos antes.

Assim, ao todo, foram 28 os trabalhos acadêmicos escolhidos para este estado da arte, incluindo artigos⁶ (11), teses⁷ (6), dissertações⁸ (6) e monografias⁹ (5), os quais foram analisados e etiquetados de acordo com as seguintes categorias¹⁰: ano da publicação, área do conhecimento, região do país estudada, mídia analisada, métodos e técnicas empregados, tipos de uso do conceito Coronelismo Eletrônico, palavras-chave mais utilizadas, principais conceitos e teorias relacionados e, autores e autoras mais recorrentes. Estes itens foram elegidos levando em conta a viabilidade da coleta das informações em todos os trabalhos, bem como pensando em abordagens que pudessem vir a ser mais úteis para o posterior trabalho da tese de doutorado.

Um mapa dos estudos sobre Coronelismo Eletrônico

Em relação ao **ano da publicação** dos trabalhos, constatou-se que a quantidade foi bem menor no último ano analisado: em **2017** foram nove trabalhos relacionados ao conceito de Coronelismo Eletrônico, em **2018** foram sete, em **2019** foram nove e em **2020** apenas três. É apressado dizer,

Cunha (2017); Ferreira (2017); Malerba (2020); Raslan Filho e Barros (2020); Santos (2018); Verri (2019) e Zapani (2017).

7 Teses: Aires (2017); Lopes (2018); Barros (2019); Ponte (2017); Rebouças (2019) e Stevanim (2017).

8 Dissertações: Almeida (2019); R. F. Moraes (2019); Nogueira (2018); Saibro (2018); Vita (2018) e Xavier (2017).

9 Monografias: Albuquerque (2017); Farias (2017); Freitas (2018); K. R. Moraes (2019) e Oliveira (2018).

10 A tabela com a categorização de cada um dos 28 trabalhos acadêmicos sobre o conceito de Coronelismo Eletrônico produzidos no quadriênio 2017-2020. Disponível em: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.16682401.v1>. Acesso em: 11 ago. 2022.

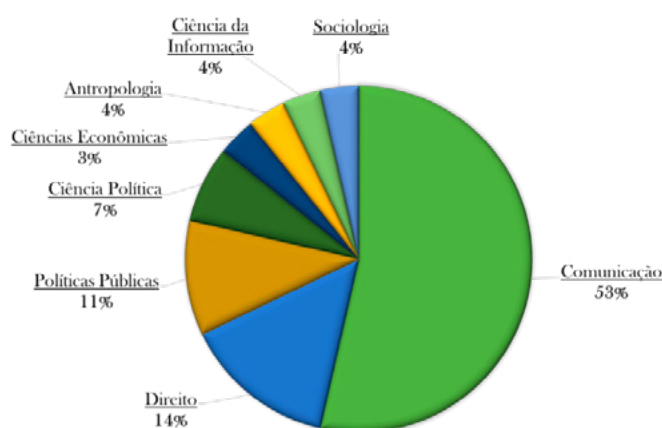
Gráfico 1 – Representação gráfica da quantidade de trabalhos acadêmicos sobre Coronelismo Eletrônico no quadriênio 2017-2020 por áreas do conhecimento.

Fonte: Elaboração própria.

com base nestes resultados, que tem ocorrido uma perda de interesse pelo tema. Trabalhos produzidos e defendidos no ano de 2020 podem não ter sido ainda armazenados nas plataformas e indexados ao buscador *Google Acadêmico*. Também é importante lembrar que, embora apenas três trabalhos de 2020 tenham sido selecionados para este estado da arte, foram 37 as produções referentes a este período que citaram ao menos uma vez a expressão em português, ou a utilizaram em suas referências. Desse modo, percebe-se que a aceitação e aplicação do conceito ainda é bastante ampla.

Como previsto, a **Comunicação** foi a principal área do conhecimento (Gráfico 1) a abordar o conceito de Coronelismo Eletrônico, com 15 trabalhos publicados entre 2017 e 2020. Em seguida vem o **Direito** com quatro publicações, o que se explica pela aplicação do conceito geralmente estar associada a uma análise dos documentos que regulam o funcionamento dos meios de comunicação no Brasil. As áreas de **Políticas Públicas e Ciência Política**, com quatro e três trabalhos, respectivamente, são também bastante associadas à discussão sobre o Coronelismo Eletrônico, já que o conceito consiste justamente numa intersecção entre discussões dos campos da Comunicação (a propriedade dos meios de comunicação por figuras políticas) e da Política (reverberações do fenômeno histórico do Coronelismo na política brasileira atual). Com um trabalho cada, as **Ciências Econômicas**, a **Antropologia**, a **Ciência da Informação** e a **Sociologia** são domínios também relacionados e com importantes contribuições a oferecer para o debate do conceito.

ÁREAS DO CONHECIMENTO



Outro ponto que recebeu destaque foi a identificação de quais são as **regiões do país** (Gráfico 2) que nos últimos anos têm sido mais investigadas empiricamente a partir das lentes do conceito de Coronelismo Eletrônico. Este é um importante critério a ser observado, uma vez que é comum a abordagem do conceito vir acompanhada pelo estudo de casos específicos dentro

do contexto nacional. No entanto, a maioria das produções (17 estudos, 60% do total) preferiu não mirar em uma região em particular, mas analisar o panorama do **Brasil** como um todo. Entre os demais que se dedicaram a enfoques locais, a concentração foi sobretudo no **Nordeste** (50%), abordando-se em menor grau o **Sudeste** (25%), o **Sul** (16,3%) e o **Norte** (8,3%) (a região **Centro-Oeste** não foi objeto de estudos no quadriênio analisado).

Gráfico 2 – Representação gráfica da quantidade de trabalhos acadêmicos sobre Coronelismo Eletrônico no quadriênio 2017-2020 por regiões do país.

Fonte: Elaboração própria.

REGIÕES DO PAÍS



Em relação aos 12 estudos que abordam casos regionais, merece certamente uma análise mais aprofundada a constatação de que a soma dos trabalhos, sobre todas as outras regiões, é equivalente ao número daqueles voltados somente à realidade comunicacional nordestina (06, em ambos os casos). Por hora, levanta-se apenas a hipótese de que persiste uma associação muitas vezes equivocada do Coronelismo, e agora também a sua nova roupagem eletrônica, apenas aos “rincões” do país. “Onde residiria a especificidade regional, já que a concentração da terra não é privilégio do Nordeste?” (CARVALHO, 1987, p. 200). Esta pergunta, que há muito tempo já foi feita sobre o Coronelismo, certamente deveria ser agora adaptada para buscar entender o fenômeno do Coronelismo Eletrônico: Onde residiria a especificidade regional, já que a concentração da mídia não é privilégio do Nordeste?

Os **veículos de comunicação** (Gráfico 3), objetos dos 28 trabalhos relacionados ao Coronelismo Eletrônico, também foram aspectos considerados importantes neste estado da arte. Sendo o conceito relacionado, sobretudo à distribuição de concessões para operar serviços de radiodifusão (transmissão de sons e imagens), não surpreendeu que os meios impressos (jornais, revistas etc.) individualmente não tenham sido alvo de nenhum

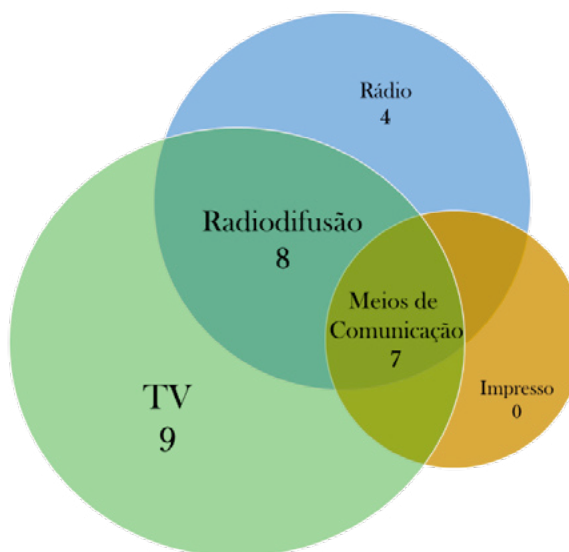
11 É importante destacar que algumas dessas abordagens são múltiplas, ou seja, mais de uma metodologia pode ser (e geralmente é) utilizada no mesmo trabalho.

Gráfico 3 - Representação gráfica da quantidade de trabalhos acadêmicos sobre Coronelismo Eletrônico no quadriênio 2017-2020 por veículo de comunicação.

Fonte: Elaboração própria.

estudo. A mídia impressa aparece, porém, em 07 trabalhos (25%) só que como parte dos conglomerados de mídia analisados, os quais incluem os **Meios de Comunicação** tradicionais (rádio, TV, impressos), e até serviços relacionados aos novos meios (portais na internet, serviços de streaming, provedores de internet, entre outros).

VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO



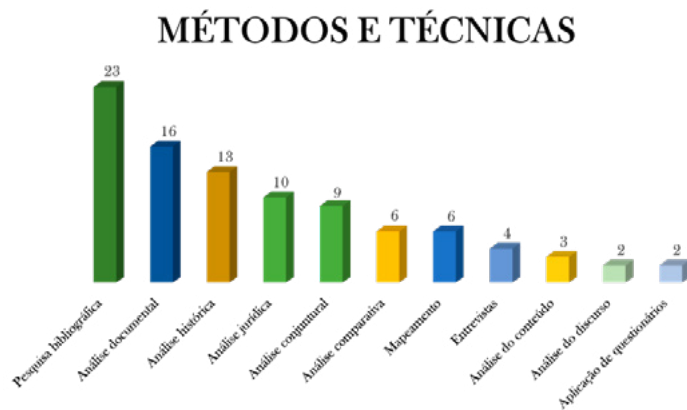
Sendo o principal foco do conceito de Coronelismo Eletrônico, a **Radiodifusão** foi abordada em seu conjunto (Rádio e TV) em 08 estudos (29%) e, separadamente, em 09 estudos com foco na **Televisão** (32%) e 04 no **Rádio** (14%). Como se pode observar, a TV tem sido a grande protagonista dos trabalhos, enquanto o rádio recebe espaço bem menor. Isso aponta para uma desvalorização do estudo do veículo, embora pesquisas recentes (KANTAR IBOPE MEDIA, 2020; XP INVESTIMENTOS; IPESPE, 2019) mostrem que o meio radiofônico persiste sendo de grande importância estratégica no cenário brasileiro, tanto em termos de audiência como de credibilidade, sobretudo diante do atual contexto de proliferação da desinformação, ainda mais preocupante desde a emergência da pandemia do novo coronavírus.

Em termos de **métodos e técnicas** (Gráfico 4) mais usados¹¹, a imensa maioria das produções (23 trabalhos) empregou **pesquisa bibliográfica**, que consiste em uma ampla revisão de literatura e é ferramenta indispensável sobretudo em trabalhos de conclusão de curso, os quais exigem maior profundidade teórica. A **análise documental**, que aparece em segundo lugar, em 16 pesquisas, se refere à escavação profunda para coleta de dados em fontes diversas, que, no caso das pesquisas sobre o Coronelismo Eletrônico, são geralmente acervos, registros oficiais, jornais, legislações, ferramentas de transparência pública etc. Outra abordagem utilizada em

13 produções é a **análise histórica**, a qual situa o objeto em determinado contexto histórico, às vezes também examinando suas principais transformações ao longo dos tempos.

Gráfico 4 - Representação gráfica dos métodos e técnicas empregados nos trabalhos acadêmicos sobre Coronelismo Eletrônico no quadriênio 2017-2020.

Fonte: Elaboração própria.



Outro método bastante utilizado (10 trabalhos) é a **análise jurídica**, mais presente nas pesquisas na área do Direito, e que diz respeito a uma apreciação profunda de documentos legais, os quais, no caso dos estudos sobre o Coronelismo Eletrônico, são as legislações que regem o setor da Comunicação. A categoria de **análise conjuntural**, que está presente em 09 trabalhos, refere-se a uma forma de abordagem do tema através de sua ampla contextualização, considerando um conjunto de aspectos, assim como os históricos, econômicos, sociais, culturais, políticos, tecnológicos, geográficos etc. A **análise comparativa**, como o próprio nome indica, consiste na confrontação de dois ou mais elementos, verificando suas aproximações e distanciamentos. Nas 06 pesquisas que empregaram esse método, as comparações mais recorrentes são entre sistemas de mídia nacionais, conglomerados de comunicação regionais, veículos de uma mesma categoria de outorga, mídias de uma mesma região etc.

Já a pesquisa de **mapeamento** de mídia, empregada em 06 produções, tem por objetivo pesquisar todos os veículos de comunicação em determinada região de interesse. Essa metodologia prevê coleta de informações, visitas técnicas, entrevistas com profissionais, buscando uma melhor compreensão da comunicação em determinado campo de abrangência. Por fim, alguns métodos e técnicas bastante comuns no campo da Comunicação também foram empregados, embora em um grau bem menor: entrevistas (4), análise de conteúdo (3), análise do discurso (2) e aplicação de questionários (2).

Em 04, dos 28 estudos, a expressão “Coronelismo Eletrônico” (ou sua variação “Coronelismo Midiático”) aparece no título, indicando que é a abordagem teórica principal. Analisando os **tipos de uso do conceito** no corpo do texto, percebe-se que em metade (14) das pesquisas o Coronelismo Eletrônico foi apenas **aplicado e relacionado** ao objeto estudado, sendo que

nestes casos a expressão foi empregada em média seis vezes por trabalho. Nas outras 14 produções, contudo, foi feita uma **discussão teórica**, dedicando-se geralmente um tópico específico para discorrer sobre a origem do conceito, fazer um breve histórico do fenômeno, e, em alguns casos, expor suas principais problemáticas. Nessas pesquisas o termo “Coronelismo Eletrônico” foi empregado em média 22 vezes.

Vale ressaltar que, em muitos casos, essa exposição do tema consiste apenas em uma revisão da bibliografia já existente, sem que haja, no entanto, avanço na crítica e proposição teórica do conceito. Numa rápida visualização, identificou-se que algumas das poucas produções que se dedicaram ao debate conceitual são: o artigo “**Coronelismo**”, “**coronelismo eletrônico**”, **clientelismo e clientelismo eletrônico apontamentos para um debate**, no qual se propõe que o conceito “Clientelismo Eletrônico” seria mais adequado (FERREIRA, 2017, p. 9); a tese **Comunicadores-Políticos no Brasil um elo de conexão entre os sistemas midiático e político**, que defende o “Coronelismo Eletrônico” como sendo mais que uma metáfora (AIRES, 2017, p. 119); e principalmente a tese **A Voz do Dono e o Dono da Voz a influência da propriedade de rádios locais nos resultados das eleições municipais**, que traça uma longa análise crítica do conceito e aponta problemas teóricos (LOPES, 2018, p. 110-111) e empíricos (LOPES, 2018, p. 185).

As **palavras-chave** mais utilizadas nas produções que abordam o Coronelismo Eletrônico estão dispostas na nuvem de palavras abaixo (Figura 1), sendo um demonstrativo do escopo temático dos trabalhos onde a discussão sobre o conceito aparece. As palavras mais recorrentes são, principalmente, conceitos próximos (**Coronelismo; Clientelismo**), termos ligados à Comunicação (**Mídia; Televisão; Radiodifusão; Sistemas de Mídia; Rádio**) e discussões que atravessam os campos do Direito e da Ciência Política (**Direito à comunicação; Liberdade de expressão; Democratização; Democracia; Regulação; Eleições**).

Figura 1 - Nuvem com as palavras-chave mais utilizadas nos trabalhos acadêmicos sobre Coronelismo Eletrônico no quadriênio 2017-2020.

Fonte: Elaboração própria.

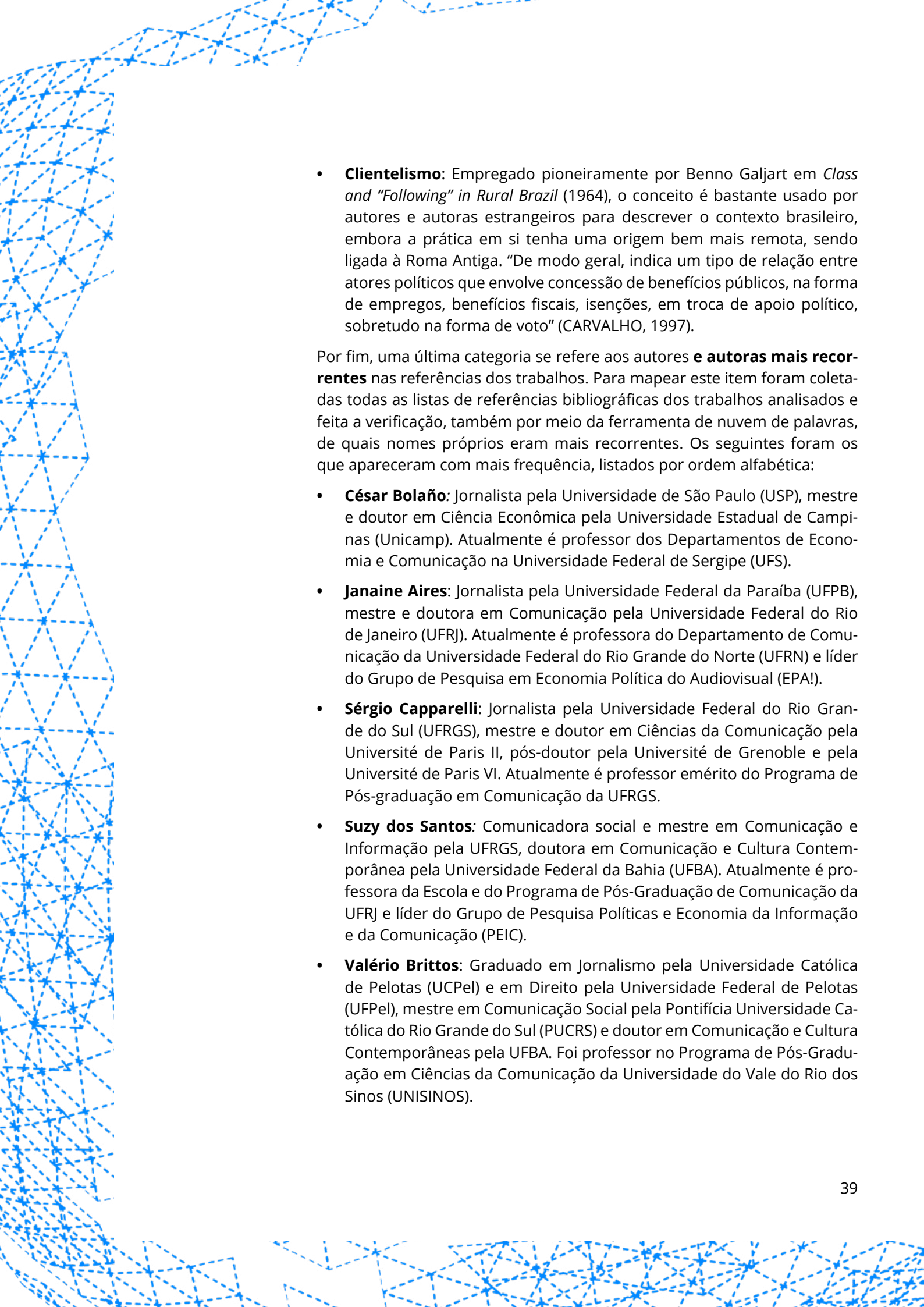


Figura 2 - Nuvem de palavras com os conceitos e teorias mais presentes nos trabalhos acadêmicos sobre Coronelismo Eletrônico no quadriênio 2017-2020.

Fonte: Elaboração própria.



- **Economia Política da Comunicação:** Derivando da Economia Política, ciência que se propõe ao “estudo das relações sociais, em especial das relações de poder, que constituem a produção, distribuição e consumo de recursos” (MOSCO, 1999, p. 98), a Economia Política da Comunicação (EPC) aplica essa abordagem justamente ao campo comunicacional. Nessa perspectiva, os recursos de comunicação passam a ser vistos mais do que como ideológicos: como agentes econômicos, de produção, circulação e consumo de bens simbólicos, relacionados com a estrutura econômica, política e social dos contextos em que se inserem.
- **Hegemonia:** Para além do sentido usual da palavra, Gramsci desenvolveu o conceito e o estendeu também às relações entre classes sociais. Nas aplicações que fez do termo, pretendia, de forma geral, designar um poder que é resultado da combinação entre 1) a persuasão (direção intelectual e ética), “consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social” (GRAMSCI, 2006, p. 21); e 2) a coação (poder político), “aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente” (GRAMSCI, 2006, p. 21).
- **Paralelismo político:** Tendo sido originalmente elaborado por Seymour-Ure na obra *The Political Impact of Mass Media* (1974), o termo, contudo, popularizou-se após ser empregado por Daniel C. Hallin e Paolo Mancini (2004) no livro *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. O conceito aponta para “o grau e a natureza dos vínculos entre a mídia e os partidos políticos ou, mais amplamente, até que ponto o sistema de mídia reflete as principais divisões políticas da sociedade” (HALLIN; MANCINI, 2004, p. 21; tradução livre).

- 
- **Clientelismo:** Empregado pioneiramente por Benno Galjart em *Class and "Following" in Rural Brazil* (1964), o conceito é bastante usado por autores e autoras estrangeiros para descrever o contexto brasileiro, embora a prática em si tenha uma origem bem mais remota, sendo ligada à Roma Antiga. "De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto" (CARVALHO, 1997).

Por fim, uma última categoria se refere aos autores **e autoras mais recorrentes** nas referências dos trabalhos. Para mapear este item foram coletadas todas as listas de referências bibliográficas dos trabalhos analisados e feita a verificação, também por meio da ferramenta de nuvem de palavras, de quais nomes próprios eram mais recorrentes. Os seguintes foram os que apareceram com mais frequência, listados por ordem alfabética:

- **César Bolaño:** Jornalista pela Universidade de São Paulo (USP), mestre e doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professor dos Departamentos de Economia e Comunicação na Universidade Federal de Sergipe (UFS).
- **Janaine Aires:** Jornalista pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestre e doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e líder do Grupo de Pesquisa em Economia Política do Audiovisual (EPA!).
- **Sérgio Capparelli:** Jornalista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela Université de Paris II, pós-doutor pela Université de Grenoble e pela Université de Paris VI. Atualmente é professor emérito do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRGS.
- **Suzy dos Santos:** Comunicadora social e mestre em Comunicação e Informação pela UFRGS, doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é professora da Escola e do Programa de Pós-Graduação de Comunicação da UFRJ e líder do Grupo de Pesquisa Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC).
- **Valério Brittos:** Graduado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. Foi professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).


- **Venício Lima:** Cientista Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com mestrado, doutorado e pós-doutorado em Comunicação pela University of Illinois at Urbana-Champaign, e um segundo pós-doutorado também pela Miami University-Ohio. Atualmente é professor emérito dos cursos de Ciência Política e Comunicação da Universidade de Brasília e pesquisador sênior do Centro de Estudos Republicanos Brasileiros (CERBRAS) do Departamento de Ciências Políticas da UFMG.

Considerações finais

A partir de longo percurso pelos últimos quatro anos de pesquisa acadêmica sobre o Coronelismo Eletrônico foi aqui traçado um mapa amplo e atualizado do campo. Algumas informações importantes foram obtidas, como, por exemplo, a constatação de que o Nordeste tem sido de longe a região do país mais relacionada ao fenômeno, ou mesmo o reconhecimento do escasso interesse pelo estudo do veículo rádio em sua especificidade. Por sua vez, a ênfase demasiada em determinados métodos e técnicas revela a pouca “imaginação sociológica” (para recorrer à conhecida formulação de *Wright Mills*) nos estudos do campo o que demanda a busca por alternativas metodológicas. Não necessariamente que sejam novas, pois, como se observou, até mesmo ferramentas empíricas comuns nas ciências humanas e sociais têm sido pouco utilizadas em detrimento de estudos bem mais bibliográficos, documentais, históricos e jurídicos. Outra questão evidente nos trabalhos é a ausência quase completa de avanço na (extremamente necessária) discussão conceitual do Coronelismo Eletrônico, sendo bem poucos os trabalhos que, para além de uma mera revisão bibliográfica, promoveram suas próprias críticas e proposições sobre esta categoria analítica.

Obviamente é preciso reconhecer que o presente mapeamento se faz dentro de limites previamente traçados, os quais são necessários para a própria viabilidade da tarefa empreendida. Outras categorias certamente poderiam ter sido adotadas, com o reconhecimento de novos aspectos, ou mesmo com o aprofundamento de questões aqui tratadas. Apesar de suas limitações, o estado da arte cumpre com sucesso o papel de auxiliar o desenvolvimento da tese pretendida. Através desta cartografia do conceito de Coronelismo Eletrônico, algumas lacunas puderam ser identificadas, nas quais a pesquisa de doutorado empreendida pode certamente se debruçar e buscar avançar. Ou, de modo menos ambicioso, pode pelo menos evitar que as mesmas fragilidades sejam repetidas.

O campo de estudos das emissoras de rádio do Cariri cearense (que é, ao mesmo tempo, interior do Nordeste e também região metropolitana) é bastante amplo e diverso, envolvendo: rádios antigas e novas, em zonas rurais e urbanas, de pequeno e grande alcance, com programação local e em rede, com arrendamento de programação ou repasse da administração a tercei-



ros, de outorgas educativa, comunitária e comercial, cuja propriedade está direta ou indiretamente ligada a figuras políticas, as quais ocupam posições diversas (desde vereador e prefeito, até deputado federal, senador e ministro das comunicações), emissoras nas quais os profissionais (radialistas) também se candidatam a cargos eletivos. É na análise desse ambiente rico de possibilidades na relação entre política e radiodifusão que a referida tese pretende dar sua contribuição para os estudos do Coronelismo Eletrônico.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Batista Esequiel Aguiar; SANTOS, Rodolpho Raphael de Oliveira. TVs Públicas no Brasil: Um recorte sobre participação, difusão e audiência. *In*: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Universidade Federal do Maranhão, 21, 2019, São Luís-MA. **Anais** [...]. São Luís-MA: UFMA, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-0833-1.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

AIRES, Janaine Sibelle Freires. **Comunicadores-Políticos no Brasil um elo de conexão entre os sistemas midiático e político**. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=18. Acesso em: 16 jan. 2022.

ALBUQUERQUE, Naiara Marques de. **O Senado de um senador: como se manifesta o coronelismo eletrônico na Rádio Gazeta de Fernando Collor**. 2017. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/19753>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ALMEIDA, Iuri Fontora; OLIVEIRA, Luiz Ademir de. Sistemas e Políticas de Comunicação sob um viés regional: um estudo dos grupos de mídia no Campo das Vertentes em Minas Gerais. *In*: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Universidade da Fundação Mineira de Educação e Cultura, 23, 2018, Belo Horizonte-MG. **Anais** [...]. Belo Horizonte-MG: FUMEC, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/R63-1363-1.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ALMEIDA, Vitor Pereira de. **A regulamentação da mídia no Brasil**: reflexões sobre a temática no telejornalismo público e comercial. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/9578>. Acesso em: 16 jan. 2022.

BARROS, Janaina Visibeli. **Conglomerados midiáticos regionais**: Os meios de comunicação como meios de produção na territorialização do capital. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-24052019-102718/en.php>. Acesso em: 16 jan. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRANDI, Bárbara Ferrari; CASCALDI, Larissa de Moraes. Políticas públicas e radiodifusão: uma narrativa sobre a construção do setor no Brasil. **Seminários do LEG**, [S.l.], n. 9, p. 43-62, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/leg/article/view/1474>. Acesso em: 16 jan. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 16 jan. 2022.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Coronelismo e neo-coronelismo: eternização do quadro de análise política do Nordeste? **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 3, n. 2, 1987. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1025>. Acesso em: 16 jan. 2022.


CASTILHO, Marcio de Souza. O sistema de radiodifusão nos 100 primeiros dias do governo Bolsonaro. **Compólitica**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 87-108, 2020. Disponível em: <http://www.compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/292>. Acesso em: 16 jan. 2022.

CUNHA, Christina Vital da. 'Televisão para salvar': religião, mídia e democracia no Brasil Contemporâneo. **Antropolítica**, Niterói, v. 42, p. 20-48, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/download/58400054/Televisao_para_salvar_-_Revista_Antropolitica.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.

FARIAS, Bruna Ketllyn Pereira de. **O direito fundamental à comunicação: perspectivas para um marco regulatório dos meios de comunicação no Brasil a partir da ley de medios Argentina**. 2017. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/28256>. Acesso em: 16 jan. 2022.

FARIAS, Rômulo T. Coronelismo 'eletrônico': por um reposicionamento do problema. *In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - Enecult*. Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Brasília - UFBA, 5, 2009, Salvador-BA. **Anais** [...]. Salvador-BA: UFBA, 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19398.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

FERREIRA, Franklin Douglas. "Coronelismo", "coronelismo eletrônico", clientelismo e clientelismo eletrônico apontamentos para um debate. *In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, Centro Universitário Estácio do Ceará, 19, 2017, Fortaleza-CE. **Anais** [...]. Fortaleza-CE: Estácio FIC, 2017. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-2072-1.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.



FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002000300013&script=sci_arttext. Acesso em: 16 jan. 2022.

FREITAS, Rosiele Defensor. **O coronelismo eletrônico na microrregião de Santana do Ipanema - AL: um estudo a partir da economia política**. 2018. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Unidade Santana do Ipanema, Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/4702>. Acesso em: 16 jan. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HALEVI, Gali; MOED, Henk; BAR-ILAN, Judit. Suitability of Google Scholar as a source of scientific information and as a source of data for scientific evaluation—Review of the literature. **Journal of informetrics**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 823-834, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1751157717300676?via%3Dihub>. Acesso em: 16 jan. 2022.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems: Three models of media and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

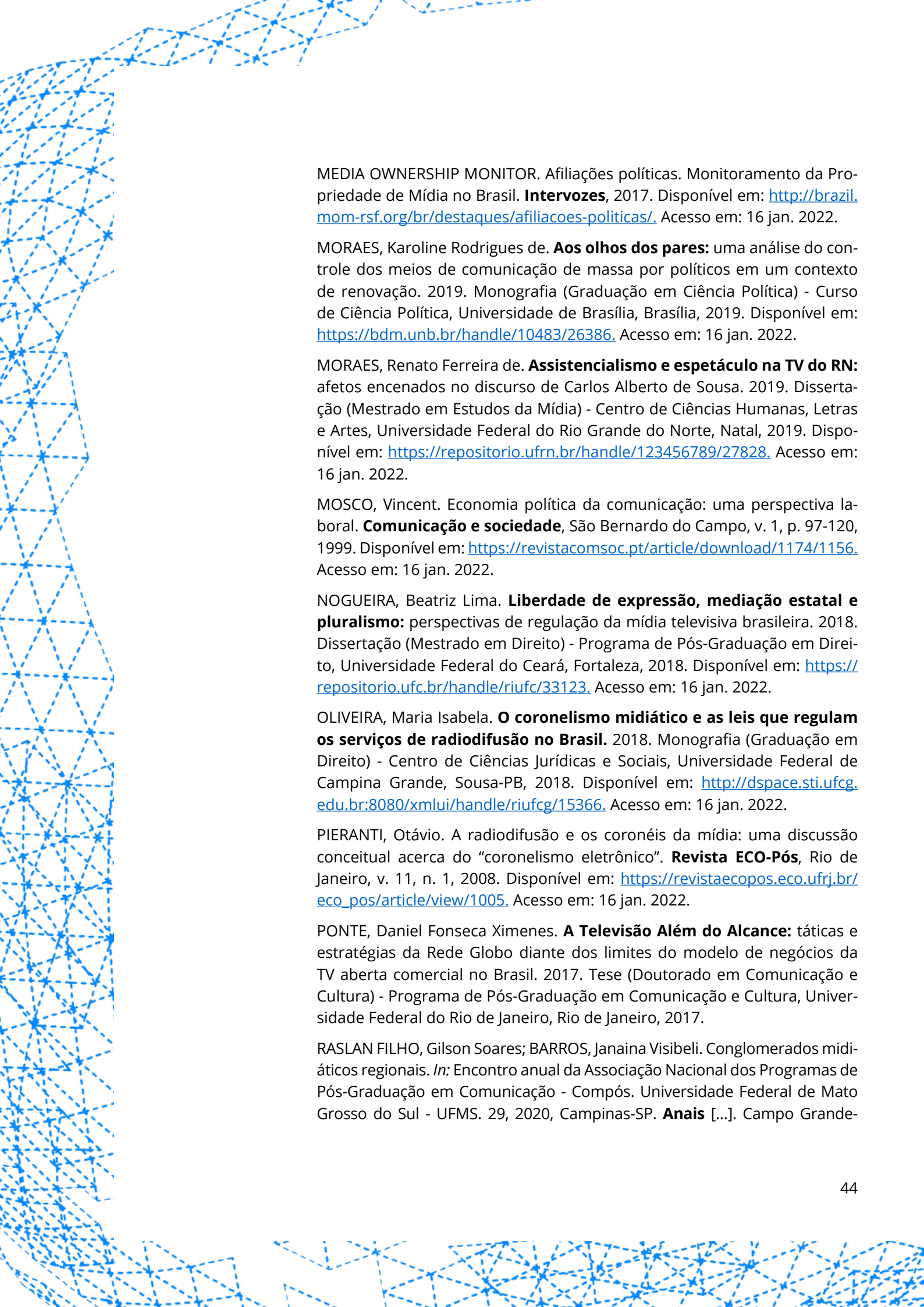
KANTAR IBOPE MEDIA. **Inside Radio 2020**. Kantar Ibope Media, 2020. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/download-inside-radio-2020/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Venício A.; LOPES, Cristiano Aguiar. Rádios comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004). São Paulo, **Observatório da Imprensa**, 26 jun. 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/o-coronelismo-eletronico-de-novo-tipo-19992004/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

LOPES, Cristiano Aguiar. **A Voz do Dono e o Dono da Voz: a influência da propriedade de rádios locais nos resultados das eleições municipais**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/36708>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MALERBA, João Paulo. Sobre os limites da participação político-partidária e religiosa nas rádios comunitárias. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Santa Catarina, v. 17, n. 2, p. 33-44, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/66783>. Acesso em: 16 jan. 2022.



MEDIA OWNERSHIP MONITOR. Afiliações políticas. Monitoramento da Propriedade de Mídia no Brasil. **Intervozes**, 2017. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/afiliacoes-politicas/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MORAES, Karoline Rodrigues de. **Aos olhos dos pares:** uma análise do controle dos meios de comunicação de massa por políticos em um contexto de renovação. 2019. Monografia (Graduação em Ciência Política) - Curso de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/26386>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MORAES, Renato Ferreira de. **Assistencialismo e espetáculo na TV do RN:** afetos encenados no discurso de Carlos Alberto de Sousa. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/27828>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MOSCO, Vincent. Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral. **Comunicação e sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 1, p. 97-120, 1999. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/article/download/1174/1156>. Acesso em: 16 jan. 2022.

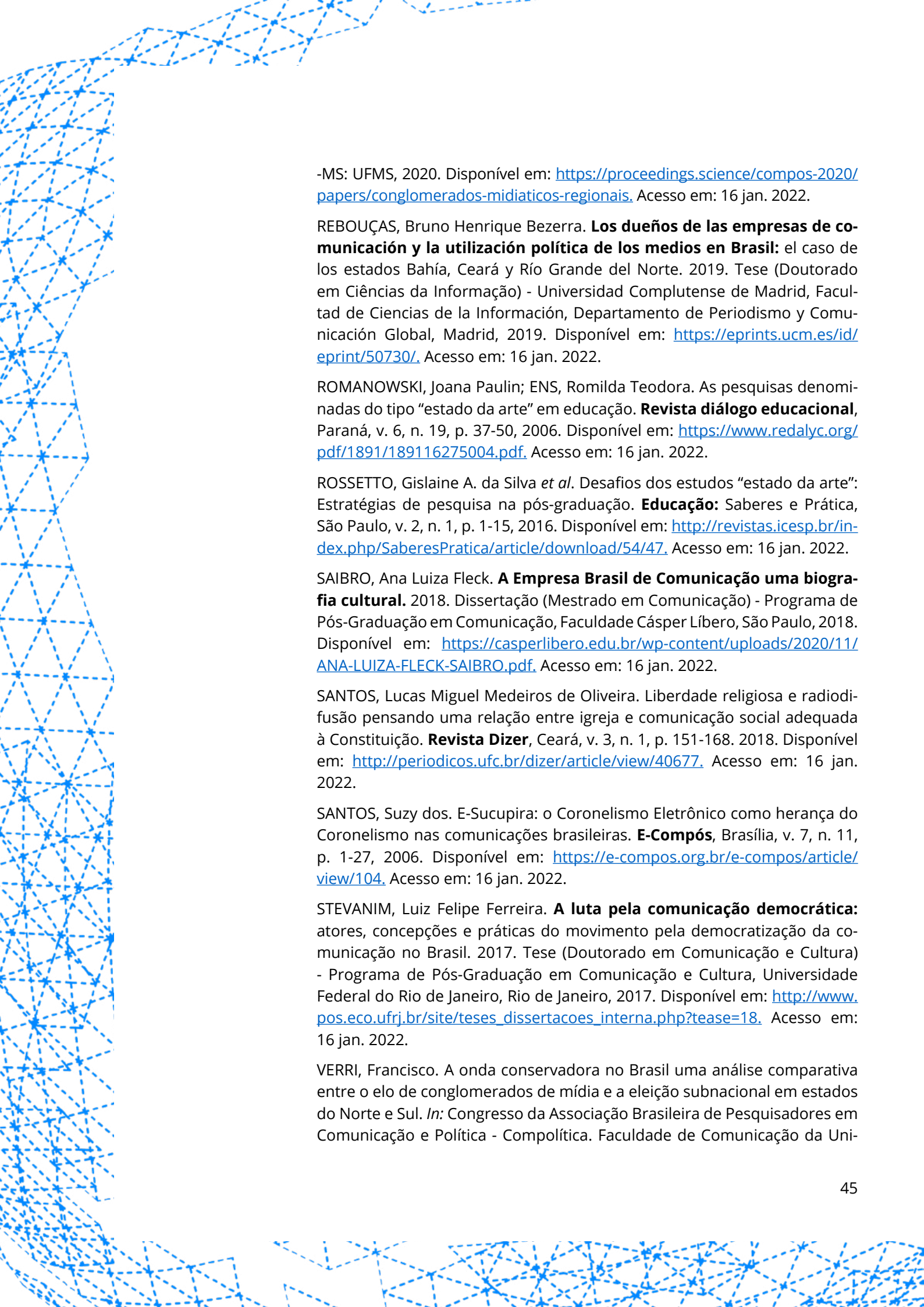
NOGUEIRA, Beatriz Lima. **Liberdade de expressão, mediação estatal e pluralismo:** perspectivas de regulação da mídia televisiva brasileira. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/33123>. Acesso em: 16 jan. 2022.

OLIVEIRA, Maria Isabela. **O coronelismo midiático e as leis que regulam os serviços de radiodifusão no Brasil.** 2018. Monografia (Graduação em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa-PB, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/15366>. Acesso em: 16 jan. 2022.

PIERANTI, Otávio. A radiodifusão e os coronéis da mídia: uma discussão conceitual acerca do “coronelismo eletrônico”. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2008. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1005. Acesso em: 16 jan. 2022.

PONTE, Daniel Fonseca Ximenes. **A Televisão Além do Alcance:** táticas e estratégias da Rede Globo diante dos limites do modelo de negócios da TV aberta comercial no Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RASLAN FILHO, Gilson Soares; BARROS, Janaina Visibeli. Conglomerados midiáticos regionais. *In:* Encontro anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. 29, 2020, Campinas-SP. **Anais [...]**. Campo Grande-



-MS: UFMS, 2020. Disponível em: <https://proceedings.science/compos-2020/papers/conglomerados-midiaticos-regionais>. Acesso em: 16 jan. 2022.

REBOUÇAS, Bruno Henrique Bezerra. **Los dueños de las empresas de comunicación y la utilización política de los medios en Brasil: el caso de los estados Bahía, Ceará y Río Grande del Norte.** 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) - Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias de la Información, Departamento de Periodismo y Comunicación Global, Madrid, 2019. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/50730/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista diálogo educacional**, Paraná, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ROSSETTO, Gislaíne A. da Silva *et al.* Desafios dos estudos “estado da arte”: Estratégias de pesquisa na pós-graduação. **Educação: Saberes e Prática**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2016. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/SaberesPratica/article/download/54/47>. Acesso em: 16 jan. 2022.


SAIBRO, Ana Luiza Fleck. **A Empresa Brasil de Comunicação uma biografia cultural.** 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/ANA-LUIZA-FLECK-SAIBRO.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

SANTOS, Lucas Miguel Medeiros de Oliveira. Liberdade religiosa e radiodifusão pensando uma relação entre igreja e comunicação social adequada à Constituição. **Revista Dizer**, Ceará, v. 3, n. 1, p. 151-168. 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/dizer/article/view/40677>. Acesso em: 16 jan. 2022.

SANTOS, Suzy dos. E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras. **E-Compós**, Brasília, v. 7, n. 11, p. 1-27, 2006. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/104>. Acesso em: 16 jan. 2022.

STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. **A luta pela comunicação democrática: atores, concepções e práticas do movimento pela democratização da comunicação no Brasil.** 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=18. Acesso em: 16 jan. 2022.

VERRI, Francisco. A onda conservadora no Brasil uma análise comparativa entre o elo de conglomerados de mídia e a eleição subnacional em estados do Norte e Sul. *In*: Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política - Compolítica. Faculdade de Comunicação da Uni-



versidade de Brasília - UnB, 8, 2019, Brasília-DF. **Anais** [...]. Brasília-DF: UnB, 2019. Disponível em: http://compolitica.org/novo/anais/2019_gt5_Verri.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.

VITA, Rafael Molina. **Direito Humano à comunicação versus oligopólio midiático**: uma análise à luz da Radiodifusão Comunitária no Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Estado, Gobierno y Políticas Públicas) - Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/16639>. Acesso em: 16 jan. 2022.

XAVIER, Márcia Regina Fortes Fernandes. **Brasil e a Cultura do Silêncio, sob a ótica da mídia hegemônica**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/14973>. Acesso em: 16 jan. 2022.

XP INVESTIMENTOS; IPESPE. **Análise Política - Março de 2019**. XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. / Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas - Ipespe. 2019. Disponível em: https://conteudos.xpi.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Pesquisa-XP_-2019_03.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.

ZAPANI, Andre Kron Marques. Coronelismo Eletrônico: relações assimétricas de poder no campo midiático paranaense. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, Paraná, v. 3, n. 1, p. 171-192, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/52564>. Acesso em: 16 jan. 2022.